

Sistema da Prefeitura vai fiscalizar uso irregular de moradia popular

Nova plataforma busca ampliar controle sobre imóveis sociais e coibir desvios

Divulgação/SampaNews/Prefeitura de SP

A Prefeitura de SP lançou um novo edital para contratar o desenvolvimento e a implantação de uma plataforma digital voltada à auditoria de imóveis populares construídos com incentivos municipais.

A iniciativa ocorre cerca de um ano após uma tentativa anterior, que não chegou a ser implementada e teve o contrato encaminhado para rescisão.

A proposta da nova licitação é criar uma solução tecnológica capaz de automatizar processos de fiscalização e ampliar o controle sobre unidades classificadas como Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HMP). O resultado do certame está previsto para 20 de maio, e a expectativa é que o sistema entre em funcionamento já no segundo mês de execução contratual.

O tema ganhou relevância após denúncias de uso indevido dessas moradias por famílias com renda superior à permitida. Casos desse tipo foram levados ao Judiciário pelo Ministério Público e também passaram a ser investigados por uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Municipal. Há registros de ocorrências em áreas valorizadas da cidade, como Itaim Bibi e Pinheiros. Dados do setor imobiliário indicam que imóveis dessas categorias representam atualmente a maior parte dos lançamentos, alcançando cerca de 75% do total.

Levantamentos técnicos da própria administração municipal apon-



A expectativa é que o sistema entre em funcionamento no 2º mês de execução contratual

taram fragilidades no modelo atual de fiscalização. Um estudo preliminar identificou a ausência de uma estrutura integrada e eficiente para monitoramento dessas unidades. Segundo o diagnóstico, a Secretaria Municipal de Habitação opera com múltiplos sistemas e bases de dados, o que dificulta a consolidação de informações e o acompanhamento adequado das políticas públicas.

Em documentos internos, áreas técnicas destacaram a necessidade de modernização da infraestrutura tecnológica, alertando que a falta de atualização pode comprometer a

capacidade de gestão do município no setor habitacional. A avaliação reforça a justificativa para a contratação de uma nova plataforma.

De acordo com a prefeitura, medidas recentes vêm sendo adotadas para ampliar o controle sobre a destinação dos imóveis, incluindo a publicação de normas que exigem maior transparência sobre o caráter social dos empreendimentos.

A gestão também informou a abertura de 934 processos administrativos para investigar possíveis irregularidades envolvendo mais de 159 mil unidades habitacionais.

Até o momento, 24 empreendimentos foram penalizados, com aplicação de multas que somam R\$ 7,7 milhões. Outros 26 casos ainda estão em fase de análise de defesa. As apurações envolvem situações em que imóveis destinados a famílias de menor renda teriam sido comercializados ou utilizados de forma incompatível com as regras.

O novo contrato previsto no edital tem valor estimado em R\$ 51,8 milhões, com duração de dois anos. A empresa ou consórcio vencedor será responsável por dar continuidade ao desenvolvimento

da plataforma, além de realizar sua manutenção e operação.

Entre as funcionalidades previstas estão mecanismos de busca para identificação de unidades HIS e HMP, possibilidade de anexação de documentos de compra, venda ou locação, registro de justificativas para alterações contratuais e cruzamento de dados entre novos imóveis e bases já existentes. O sistema também deverá permitir a vinculação de unidades a investidores e a geração de relatórios detalhados sobre a situação dos imóveis.

A rescisão do contrato anterior ocorreu após questionamentos envolvendo a empresa vencedora da licitação, incluindo possíveis conflitos de interesse. A Prefeitura afirmou que o processo de contratação seguiu as regras legais e que a rescisão ainda depende de análise da Controladoria Geral do Município.

Na cidade de SP, imóveis enquadrados como HIS e HMP são produzidos pela iniciativa privada com incentivos públicos e destinados a faixas específicas de renda.

As unidades HIS-1 atendem famílias com renda mensal de até três salários mínimos, enquanto HIS-2 contempla rendas de três a seis salários mínimos. Já as HMP são voltadas a famílias com renda entre seis e dez salários mínimos.

Pela legislação, esses imóveis devem manter sua destinação social por um período mínimo de dez anos, sendo usados apenas por famílias que se enquadrem nos critérios.

Projeto propõe terapia do riso na saúde da capital

Guilherme Oliveira / REDE CÂMARA SP

Um projeto de lei em tramitação na Câmara Municipal de São Paulo propõe a criação de um programa de terapia do riso na rede pública de saúde. A iniciativa tem como objetivo ampliar a humanização do atendimento e contribuir para o bem-estar emocional de pacientes atendidos pelo sistema municipal.

A proposta prevê a realização de atividades baseadas em técnicas de humor terapêutico, como intervenções artísticas e práticas conduzidas por profissionais capacitados. A participação dos pacientes deverá ser voluntária, respeitando as condições clínicas e preferências.

Entre os principais pontos do projeto está a possibilidade de implementação das ações em hospitais e unidades básicas de saúde. O texto também abre espaço para parcerias com organizações da sociedade civil e grupos especializados, para continuidade e qualidade das atividades.



Proposta prevê ações com técnicas de humor terapêutico

A terapia do riso é utilizada como ferramenta complementar no cuidado à saúde, com potencial para reduzir estresse, ansiedade e impactos emocionais associados a tratamentos médicos. Experiências semelhantes já foram adotadas em outras regiões, com foco na melho-

ria do ambiente hospitalar e na promoção de relações mais acolhedoras entre pacientes e profissionais.

Caso seja aprovado, o projeto deverá estabelecer diretrizes para a implementação do programa, integrando ações de cuidado emocional às políticas públicas de saúde.

Carreata de motoristas pressionada contra Lei

Motoristas de aplicativos realizaram uma carreata na manhã desta terça-feira (14) em São Paulo contra o projeto de lei que propõe a regulamentação do transporte individual privado de passageiros e serviços de entrega. O ato percorreu vias importantes da capital, como a Av. Luís Carlos Berrini e Av. dos Bandeirantes, com concentração na Praça Charles Miller, no Pacaembu.

De acordo com autoridades de trânsito e segurança, cerca de 100 veículos participaram da mobilização, que foi acompanhada por equipes responsáveis pela organização viária e policiamento. Não houve registro de incidentes graves até o momento.

O projeto em discussão tramita na Câmara dos Deputados e enfrenta resistência entre trabalhadores do setor. A proposta estava prevista para ser votada nesta terça-feira, mas acabou retirada da

pauta na noite anterior, após solicitação de um líder governista.

Motoristas afirmam que o texto prioriza interesses das plataformas digitais e não contempla garantias consideradas essenciais pela categoria, como remuneração mínima, critérios mais claros para bloqueios e maior segurança no exercício da atividade. Entre as principais críticas estão a ausência de mecanismos de proteção ao trabalhador e a falta de participação efetiva dos profissionais na construção da proposta.

Representantes do setor também apontam preocupações com possíveis impactos econômicos das medidas previstas. Entre os pontos debatidos estão a fixação de valores mínimos para serviços e limitações nas taxas cobradas pelas plataformas, o que, segundo entidades, pode afetar o equilíbrio entre oferta e demanda, além da renda dos trabalhadores.